

DESAFIOS PARA OS ESTUDIOSOS DO TURISMO

ADYR A. BALASTRERI RODRIGUES

OTURISMO é, incontestavelmente, um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos das sociedades ditas pós-industriais.

Movimenta, em nível mundial, um enorme volume de pessoas e de capital, inscrevendo-se materialmente de forma cada vez mais significativa ao criar e recriar espaços diversificados.

Impactos tão marcantes nos conduzem a pensar que a revolução promovida pelo lazer e pelo turismo, nas suas mais distintas expressões, será sucedânea da revolução industrial. Concretizar-se-á o “direito à preguiça” de Paul Lafargue, preconizado há mais de um século (1880) e “la civilization du loisir” de Joffre Dumazedier (1972)?

Num mundo globalizado o turismo apresenta-se em inúmeras modalidades, sob diversas fases evolutivas, que podem ocorrer sincronicamente num mesmo país, em escalas regionais ou locais. Expande-se em nível planetário, não poupando nenhum território — nas zonas glaciais, nas cadeias terciárias, até nas regiões submarinhas — na cidade; no campo; na praia; nas montanhas; nas florestas, savanas, campos e desertos; nos oceanos, lagos, rios, mares e ares.

De forma espontânea ou planejada o turismo está subordinado às políticas públicas, à iniciativa privada ou à parceria de ambas. Pode estar submetido aos centros de decisão do capitalismo corporativo hegemônico em nível global, assim como pode manifestar-se pontualmente, assumindo caráter doméstico e artesanal. Afinal o que é o turismo além de um fluxo de pessoas? O que é o turismo além de uma atividade econômica? É certamente um fenômeno complexo, designado por distintas expressões: uma instituição social, uma prática social, uma frente pioneira, um processo civilizató-

rio, um sistema de valores, um estilo de vida — um produtor, consumidor e organizador de espaços —, uma “indústria”, um comércio, uma rede imbricada e aprimorada de serviços.

Nos territórios de forte conteúdo de ciência, tecnologia e informação não há mais sentido contrapor a cidade ao campo, o urbano ao rural, nem tampouco insistir na distinção entre os clássicos setores de atividade econômica.

Assim, no período em que vivemos, discussões férteis e acaloradas sobre a natureza do turismo como atividade econômica, visando a enquadrá-lo nos tradicionais setores secundário ou terciário da economia, nos parecem descabidas, desgastantes e inúteis. Mesmo para fins estatísticos não há como encontrar parâmetros de classificação. Há que inventar-se outras categorias. Este é um dos desafios.

Sabemos, com certeza, que o turismo representa, hoje, uma das mais importantes formas de reprodução de capital e de captação de divisas no comércio internacional. É reconhecido como uma atividade que se presta muito à lavagem de dinheiro do narcotráfico, do jogo, da sonegação de impostos, da corrupção.

Quando centralizado por mega-empresas de capitais transnacionais, seu comando central elege taticamente, com absoluta segurança, as áreas para onde expandir os seus domínios.

No período atual são os grandes geossistemas, até então preservados do mundo tropical, em particular dos continentes africano e latino-americano — espaços de reserva de valor —, que agora são chamados a entrar em cena.

Nessas regiões expressa-se como verdadeiro processo civilizatório, podendo ser comparado às conquistas expansionistas das metrópoles nos territórios coloniais, na fase do capitalismo concorrencial, seja na exploração dos minérios, seja na monocultura de produtos tropicais de exportação.

Mesmo em sítios os mais inacessíveis o turismo se instala com voracidade e alta tecnologia causando total revolução no lugar, que passa a assumir nexos sofisticadamente urbanos.

Apresenta-se como verdadeira frente pioneira na Amazônia de hoje, como fora, outrora, a exploração da borracha. Vem galgando os médios e altos vales dos rios, atingindo lugares os mais recônditos, na prática do chamado turismo ecológico. São Gabriel da Cachoeira, situado no alto vale do rio Negro, Estado do Amazonas, em plena selva, a 850 km de Manaus, somente acessado por avião, foi tomado de assalto pelo turismo internacional, há mais ou menos dez anos. Hoje o idioma obrigatório é o inglês e a moeda corrente é o dólar.

Hotéis aparentemente rústicos — os *lodges* — se multiplicam pela Amazônia. O primeiro foi inaugurado em 1981. Atualmente ultrapassa uma dezena, com cerca de quatrocentos leitos, com boa taxa de ocupação anual (60%).

Este fenômeno confirma uma das motivações mais frequentes do turismo internacional — a busca da aventura, do autêntico, do inusitado, do *lugar* — na sua expressão identitária. Como verso e reverso da mesma medalha, o global se alimenta do fragmento, que por sua vez é alimentado pelo global, num círculo vicioso. No turismo, entretanto, este fenômeno é facilmente identificável.

Alheio às características que identificam o *lugar*, como único, constroem-se *resorts* padronizados, modelo Club Mediterranée, onde as pessoas respiram aliviadas porque se sentem em casa, ou seja, no seu lugar de origem. São paradoxalmente iguais, em qualquer parte do mundo, nos territórios os mais escondidos e exóticos, indiferentes ao entorno, cercados por muros, no interior dos quais os turistas são confinados durante quase toda sua estada. Só acedem aos territórios extramuros em excursões programadas, participando de aventuras encenadas, rigorosamente controladas e sem riscos.

No turismo massivo os clientes parecem não se preocupar com a essência — bastam-lhes as aparências. Apesar de buscarem o desconhecido, o inusitado, a aventura, são fundamentais dois elementos: segurança e conforto, além do *status* que a viagem empresta ao indivíduo. No dizer de Milton Santos, “Em lugar do *cidadão* forma-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário* (1987:13).

Graças aos elaborados recursos tecnológicos, hoje é possível ao turista fazer reservas nas redes hoteleiras globais por meio do computador conectado à Internet. E mais, pode desfrutar antecipadamente dos prazeres da viagem mediante os recursos da cibernética, cujo máximo é a aparelhagem multimídia capaz de promover experiências virtuais. Tudo isto sem sair de casa!...

Cabe a Turislogia como disciplina acadêmica?

Com a expressão que o turismo tem tomado defende-se maior seriedade e profundidade dos seus estudos, com a preocupação de lhes vestir estofos científicos.

Propala-se que há necessidade de repensar o turismo para a definição de uma disciplina acadêmica. Turislogia seria o título? Reconhecemos que os estudos do turismo já constituem um conjunto sistematizado de conhecimentos nos campos da Geografia, da Economia, da Sociologia, da Antropo-

logia, da Administração, da Comunicação, da Psicologia, só para citar alguns. Porém, grande parte destes estudos são compartimentados, perdendo-se a visão de conjunto. Como acentua Mario Beni (1990:16):

“O que se nota é que os especialistas do assunto estudam um ou mais componentes em separado, tratando-os minuciosamente, mas não se preocupando, quase sempre, em correlacioná-los com os demais, também muito importantes, deixando de mostrar o quadro amplo e total em que surgem, tocam-se, entrelaçam-se e casam-se para produzir o fenômeno global”.

Tendo em vista estas dificuldades Mário Beni (1988:766) propõe o *Sistur* — Sistema de Turismo —, que consiste num instrumento de trabalho, simultaneamente setorizado e globalizante, cujo referencial é a teoria geral dos sistemas.

Tem grande mérito a proposta de Beni pelo fato de representar uma sistematização dos estudos do turismo, especialmente para a vertente operacional. Indubitavelmente estes estudos são importantes e úteis, em particular no domínio do planejamento.

Vivemos, porém, um período de crise de paradigmas. Esta crise está presente na compreensão de todos os fenômenos, em todas as ciências — não só nas ciências humanas, mas também nas ciências naturais. Tudo é questionado na pós-modernidade onipresente do Sistema Mundo. Criam-se novas categorias, criam-se novos paradigmas, criam-se novas epistemologias. *Reinventar-se a Ciência!*

Um dos marcos para balizar esta crise é a teoria de Thomas Kuhn, exposta pela primeira vez em 1962 e, depois, em 1970, em *The Structure of Scientific Revolutions*, onde afirma que o conhecimento científico não cresce de modo cumulativo e contínuo, mas sim de forma descontínua, por meio de saltos qualitativos.

Estes saltos se dão em períodos de grande efervescência intelectual, de contestação e de reformulação dos paradigmas vigentes, confundindo-se com períodos de crise. São fases geralmente longas, quando os paradigmas dominantes e os emergentes convivem em sincronia.

Em vez de causar insegurança e angústia ao pesquisador, vivenciar essas pseudocrises podem significar tranquilidade porque há espaço para ousar. O paradigma que dominava na ciência moderna, baseado no modelo de racionalidade, erigiu como dogma que conhecer significa quantificar, dividir, classificar, descobrir causas e efeitos, formular princípios e leis, propor modelos. Assim deu-se um grande desenvolvimento das ciências naturais,

em detrimento das ciências sociais, consideradas de menor relevância. Estas, buscando seu reconhecimento, reivindicavam para si um estatuto epistemológico no seio do paradigma hegemônico, firmando-se na distinção polar entre os seres humanos e a natureza. Grave equívoco que marcou as ciências sociais no último século, pensamento que só está sendo revertido a partir dos anos 70, com o surgimento de novos enfoques nas relações sociedade x natureza, expressos particularmente pelo pensamento da “ecologia profunda”.

Uma interessante análise dessas tendências é feita por Boaventura Sousa Santos quando afirma:

“A ciência social será sempre uma ciência subjetiva e não objetiva como as ciências naturais; tem de compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações, para o que é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos diferentes dos correntes nas ciências naturais, métodos qualitativos em vez de quantitativos, com vista à obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético” (1988:53).

Trata-se de um enfoque de nítido caráter fenomenológico, vertente contemplada nos paradigmas emergentes nas ciências sociais.

Esse autor, recorrendo a uma vasta bibliografia, acaba por argumentar que nos paradigmas emergentes a dicotomia entre as ciências naturais e as ciências sociais deixa de ter sentido. Vai mais além ao acreditar que a superação dessa dicotomia ocorrerá sob a égide das ciências sociais, entendendo o ser humano como autor e sujeito do mundo, colocando o que hoje se designa por natureza no centro do indivíduo.

Assumindo-se uma postura transdisciplinar, caminha-se para o conhecimento total. Transpõem-se os limites rígidos entre as disciplinas, uma vez que a disciplinarização do saber empobrece a apreensão da totalidade. Haveria, então, uma disciplina que assumisse o papel de integração e de síntese? Para Orlando Fals Borda (1986:673) a disciplina integradora seria a que, por sua própria disposição de dissolução e absorção, tivesse capacidade de negar-se a si mesma. Portanto, não haveria uma disciplina sistematizadora. Pensar nesta possibilidade significa um ranço do paradigma dominante na ciência positivista. O conhecimento será buscado não em disciplinas estanques, mas em eixos temáticos. Para Boaventura Sousa Santos, “os temas são galerias por onde os conhecimentos progridem ao encontro uns dos outros” (1988:65). Diante dessas idéias acreditamos que não é mais

o momento de insistir na sistematização dos estudos do turismo para em-
prestar-lhe *status* de uma ciência autônoma.

Mesmo porque, no período de revisão dos paradigmas em que se encon-
tram as ciências, hoje, é muito difícil determinar tecnicamente o grau de
especificidade com base no qual se produz uma qualidade epistemológica
nova.

Visto assim, o fenômeno do turismo, por sua natureza complexa, reco-
nhecida por todos os seus estudiosos, é um importante *tema* que deve ser
tratado no âmbito de um quadro interativo de disciplinas de domínio cone-
xo, em que o enfoque geográfico é de fundamental importância, uma vez
que, por tradição, lida com a dualidade sociedade \times natureza. Se esta caracte-
rística basilar da Geografia foi sempre tida como um elemento complica-
dor, visto como responsável pela sua dificuldade de firmar-se como ciência
no período moderno, cremos que no momento atual, à luz de novos paradig-
mas e com a emergência da questão ambiental, a situação está revertendo-
se. Nunca o discurso geográfico foi tão valorizado, a ponto de ser apropriado
por outras disciplinas. Este discurso tem sido, entretanto, superficial, per-
meado pela retórica, necessitando de aprofundamento para assumir a quali-
dade de texto.

O turismo reveste-se de tríplice aspecto com incidências territoriais es-
pecíficas em cada um deles. Porém, pela sua própria essência, que pressu-
põe mobilidade, o espaço turístico não pode ser definido por fronteiras
euclidianas, ainda porque pelo menos um dos seus elementos básicos lhe é
exterior — a demanda (Rodrigues, 1992:74).

As *áreas de dispersão*, ou emissoras, respondem pela formação da de-
manda na sua grande maioria recrutada nas metrópoles e nas cidades gran-
des e médias, fato já acentuado por W. Christaller num estudo pioneiro de
Geografia do Turismo, fundamentado na sua clássica teoria dos lugares cen-
trais (1963). Ao se definirem as metrópoles que concentravam grande parte
da produção material, no auge do desenvolvimento industrial — processo
intensificado a partir da Segunda Guerra Mundial —, a cidade é alardeada
como o monstro causador do estresse. Assim, surge a “indústria” do lazer e
do turismo, que erige a viagem como a única forma de livrar-se das neuro-
ses urbanas, do cotidiano constrangedor das cidades, como se o trabalho
fosse sempre massacrante e a viagem funcionasse sempre como garantia do
bem-estar.

A demanda se desloca através dos *fluxos* — aéreos, terrestres, fluviais,
marinhos e oceânicos — que também incidem concretamente no território.
No caso dos transportes aéreos, marítimos e oceânicos circunscrevem-se no
espaço através dos equipamentos de embarque e desembarque, que não dei-

xam de ser significativos. Há que considerar-se ainda, no capítulo dos fluxos, os não-visíveis, como os fluxos de capitais e da informação. Esses fluxos, quando mapeados, fornecem importantes fontes de dados para o estudo das conexões, em qualquer escala geográfica que se quer enfocar.

As novas relações que se estabelecem em escala mundial e local podem desarticular o local do regional, e do nacional, ignorando-se as fronteiras do Estado-nação. Assim, as redes e as hierarquias devem ser reavaliadas à luz de novos paradigmas. Os modelos teóricos que foram tão caros aos geógrafos neopositivistas na definição das redes hierarquizadas, hoje não têm mais sustentação. Podem ser areolares, mas também lineares, unindo pontos aparentemente desconexos, como nos vôos *charters*, nas rotas ponto a ponto.

O terceiro segmento é representado pelos *núcleos receptores*. É nestes que se produz o espaço turístico, ou se reformula o espaço pretérito, em novas bases.

É aqui também que se dá o consumo do espaço — consumo consumptivo e consumo produtivo.

O consumo consumptivo é o que se esgota em si mesmo. Já o consumo produtivo é o que consome produzindo. Grande parte do movimento turístico é alimentado pela propaganda “boca a boca” feita pelos turistas. Este tipo de publicidade gratuita produz uma mais-valia significativa para as operadoras turísticas e agências de viagem, assim como para todos os outros equipamentos — hotéis, restaurantes, parques temáticos, dentre outros.

São produtivos até os movimentos de protesto de grupos de turistas, insatisfeitos pelos serviços oferecidos e apresentados pela televisão com frequência, como acentua J. Echeverría, em *Telépolis*:

“Las muchas horas perdidas a la hora de presentar una protesta en toda regla, por ejemplo, nunca son retribuidas, a pesar de que contribuyen en no poca medida a mejorar la producción de la empresa turística” (1994:95).

O valor do protesto é ainda mais significativo se computados os minutos caríssimos da TV, em horário nobre, financiados pelas companhias publicitárias, fato também observado pelo autor em *Telépolis*.

Na Geografia observa-se uma longa tradição em caracterizar e classificar os espaços turísticos estabelecendo-se tipologias e modelos. Além de W. Christaller (1963), já citado, lembramos N. Yokeno (1968) e E. Biagini (1986). Estes dois autores pesquisaram o turismo na Itália setentrional — o primeiro aplicando o modelo de Von Thünen-Weber, ao passo que o segundo se apoiou no modelo de hierarquização funcional de Davies. Douglas

Pearce, um dos mais respeitados geógrafos do turismo, também apresentou um modelo de espaço turístico ao estudar Christchurch, na Nova Zelândia (1981). Porém, o trabalho de maior repercussão foi o de J. M. Miossec (1977) — “Un modèle de l'espace touristique” —, citado frequentemente nos manuais de Geografia de Turismo do mundo todo.

Uma pesquisa com uma pitada pitoresca foi realizada por Françoise Crisesas (1961) que, para estabelecer uma hierarquia das regiões turísticas francesas, usou o índice de consumo de farinha de trigo por habitante, comparando as estações baixa e alta.

No Brasil, merece destaque o estudo clássico de J. R. Langenbuch (1977) que, usando a taxa de função turística de Defert, estabeleceu uma classificação dos municípios turísticos do Estado de São Paulo, trabalho muito interessante, que também usa variáveis qualitativas em proposta da hierarquização.

Estudos com enfoques marxistas não chegaram a marcar a Geografia do Turismo.

Uma vertente que se tem desenvolvido muito na Geografia nos últimos anos, em contraposição aos estudos neopositivistas, tem-se apoiado na percepção e no comportamento ambiental, assim como na fenomenologia existencial.

Estes referenciais teóricos da contemporaneidade correspondem ao paradigma emergente das ciências sociais, procurando-se romper com a dicotomia sujeito-objeto na pesquisa científica.

Este enfoque é fundamental nos estudos do chamado turismo ecológico, em particular levando-se em consideração os paradigmas da *ecologia profunda*, que exigem o abandono da perspectiva antropocêntrica para um enfoque biocêntrico, em que o homem é considerado uma das espécies da natureza. Preservar a natureza, então, significa preservar o próprio homem.

Hoje há uma literatura muito farta dedicada ao turismo ecológico, modalidade de turismo vista como alternativa que é capaz de conciliar a conservação do patrimônio natural e cultural com o uso, dito, racional. Porém, sob o rótulo de turismo ecológico legitimam-se velhas práticas do turismo tradicional predatório.

É impossível prosseguir nestas reflexões sem vincular o turismo ecológico ao desenvolvimento *sustentável*, questão, também, bastante complexa, a qual tem dividido os ambientalistas, desde a apresentação do relatório Brundtland, em 1987. Encontram-se na literatura especializada diversos textos que vão dos defensores da *ecologia profunda* aos que propugnam o *ecodesenvolvimento*. Há necessidade de discernimento e prudência na crítica desta ou daquela postura, pois seria leviano discuti-las e assumir uma posição sem aprofundamento nos paradigmas em que se fundamentam.

O planejamento como vertente operacional

Após ter abordado os principais pontos que, a nosso ver, merecem reflexão mais aprofundada do turismo no âmbito acadêmico, passamos agora à discussão da vertente operacional, desembocando em questões que envolvem a ação e, por extensão, o planejamento.

O planejamento como instrumento político e, portanto, ideológico, tem que conciliar várias e, freqüentemente, conflitantes ações. Bem intencionados (ou não) valemo-nos das teorias para justificar a intervenção, e portanto, arriscamo-nos a usá-las como instrumento de dominação, conforme acentua H. Maturana (s.d.):

“O fator das teorias filosóficas terem sido usadas na história da coexistência humana para justificar ações de dominação e de controle, fontes de grandes sofrimentos infringidos pelos seres humanos uns aos outros e à natureza, é o resultado de vivermos em uma cultura — a cultura patriarcal —, a qual pertencemos, constituída em torno de práticas de apropriação da autoridade, da obediência e da submissão, na crença de que a existência é uma guerra contínua que pode ser ganha através da dominação e do controle”.

O planejamento do turismo é, em princípio, complicado porque tem de conciliar os interesses de uma população que busca o prazer num local onde outras pessoas vivem e trabalham. Satisfazer a ambas não é tarefa fácil. Neste embate há conflitos freqüentes e inevitáveis, eivados de sentimentos xenofóbicos pelas comunidades anfitriãs.

Partindo do pressuposto de que só existe ciência como leitura e crítica da realidade, para sua transformação, é natural que assumamos uma concepção pragmática do conhecimento. Conforme acentua B. S. Santos (1989: 49):

“Ao contrário do que à primeira vista se pode pensar, uma concepção pragmática do conhecimento científico desloca o centro da reflexão do conhecimento feito para o conhecimento no processo de se fazer, do conhecimento para o conhecer”.

Assim, o centro de gravidade da reflexão epistemológica está no conhecimento feito para o conhecer como prática social.

É compreensível que haja um profundo fosso separando a teoria da ação,

gerando profundas angústias e frustrações que desembocam em novos questionamentos. Pelo menos quatro perguntas estão sempre permeando nosso trabalho:

1. Para que intervir?
2. Para quem intervir?
3. Onde intervir?
4. Como intervir?

Em primeiro lugar há que preocupar-se com a condição basilar inerente ao turismo, ou seja, a satisfação das necessidades dos turistas que, em princípio, deve ser um consumidor generoso e prazeroso.

Em segundo lugar, e não menos importante, deve-se pensar nos custos e benefícios que o turismo traz à população residente, ou seja, nos seus impactos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Em terceiro lugar, há que cuidar-se da preservação do patrimônio cultural e ambiental, sem o qual o turismo corre o risco de autodestruir-se.

Considerada em microescala a conciliação desses três segmentos não é, *a priori*, tão problemática. E é por isso que a tendência atual é pensar na gestão territorial local, como base da ação.

Os países de economia periférica, em particular do mundo tropical, com grandes e diversificados recursos turísticos naturais e culturais têm sido objeto da intervenção por meio de megaprojetos de empresas de capitais transnacionais que dominam hegemonicamente o mercado mundial.

Pelas experiências que temos vivenciado, esses projetos têm efetivamente captado divisas, porém a um alto custo para as populações locais e para o meio natural.

Têm-nos chegado estudos do turismo no México, em que os pesquisadores apontam efeitos maléficos que estão produzindo-se nas regiões onde se implantaram projetos turísticos recentes, totalmente planejados, como em Cancún e em Ixtapa-Zihuatanejo, em Mazatlán e em Acapulco, centro nacional do turismo mexicano.

Sobre Acapulco, no Estado de Guerrero, Isabel O. Salgado comenta:

“El impacto regional de los polos turísticos ha sido contradictorio, la articulación económica e social de los polos turísticos con el resto del territorio estatal há sido nula, no se planearon vínculos o transferencias regionales, las acciones públicas y privadas se tornaron claramente selectivas, en los espacios rurales la inversión directa fué inexistente, no se crearon las bases productivas ni las infraestructuras sociales necesarias para el crecimiento de este setor. A ello vino a sumarse el que los beneficios económicos y sociales generados por la actividade turística resul-

taron limitados y heterogenos; y la mayor parte de ellos transferidos hacia fuera del estado" (1994:32).

Cifras recientes, de 1990, mostram que a economia do Estado de Guerrero está totalmente baseada no turismo. Paralelamente, dados reveladores das condições sociais editadas pelo Conapo (Consejo Nacional de Población) e pelo Banco Mundial identificaram no estado condições de extrema pobreza e alta marginalização social e econômica.

Estudos realizados em Cancún, Estado de Quintana Roo, têm revelado os mesmos problemas (Barajas, Alborta & Becerril, 1994:50-7). Cancún resulta de um projeto turístico considerado o mais exitoso dentre as experiências latino-americanas. Para se ter idéia, no período 1970-90, que coincide com a implantação do pólo turístico, enquanto o país cresceu a uma taxa média anual de 2,6%, o Estado de Quintana Roo teve sua população aumentada em 8,9%, ou seja, mais que três vezes. Apesar do crescimento explosivo da sua população, o índice de desemprego é dos menores do país, ao passo que os salários, segundo a pesquisa, são superiores à média nacional. Nem tudo, entretanto, é promissor. No mesmo texto os autores acusam condições de grande pobreza nos municípios excluídos do projeto turístico, como os de Lázaro Cárdenas, Jose María Morales e Felipe Carrillo Puerto, e também nas zonas urbanas mais prósperas, onde Cancún ocupa o primeiro lugar na deteriorização ambiental. Assim:

"los ingresos generados por el turismo no se traducen por si solos en mejores niveles de vida para la población" (1994:54).

No mesmo número da revista *Ciudades* uma pesquisa de A. G. Aguillar (1994), realizada em Ixtapa-Zihuatanejo, também localizada no Estado de Quintana Roo, mostra uma outra situação, diferente da assinalada por Barajas e outros. Comprovando com dados estatísticos Aguillar assinala:

"Es posible afirmar que el sector turístico, contrario a lo que la propia política setorial sostiene, los empleos no son en su mayoría bien remunerados sino que por el contrario, es un sector en donde se pagan los más bajos salarios, a la gran mayoría de la población ocupada" (1994:14).

Corroborando com essas informações encontramos textos bastante elucidativos no livro organizado por Daniel Hierneaux Nicolas, *Teoría y Praxis del Espacio Turístico*, publicado pela Universidade Autônoma Metropolitana de Xochimilco, em 1989, em que, apesar de mais antigos, já de-

nunciavam sérios problemas ambientais, econômicos e sociais nos pólos turísticos do México.

Em outros países da América Latina a situação não é distinta. Só para detalhar mais um exemplo citamos a pesquisa de Rodolfo Bertoncetto (1993) realizada nos balneários do Partido de la Costa, Província de Buenos Aires. Este pesquisador traz uma interessante reflexão sobre a estratégia da mobilidade da força de trabalho empregada no turismo que, ante as flutuações sazonais do mercado, é forçada a deslocar-se no território em busca de emprego durante a baixa estação, aceitando baixos salários em outros setores de atividade. A propósito, Bertoncetto observa:

“Cabe señalar la funcionalidad de dichas estrategias no sólo para el turismo, sino también para todas las otras actividades complementarias; el caso más evidente es el de la construcción, que se beneficia de una mano de obra ‘cautiva’ durante el periodo no turístico, y cuyo cautiverio sólo se explica en tanto complemento de la participación en la actividad turística. Esta alternancia en la actividad laboral si por un lado hace posible la actividad turística, por otro lado beneficia ampliamente también a las otras actividades: bajos salarios, desprotección legal, oferta sobreabundante de mano de obra, son beneficios apropiados por estos otros sectores de actividad, y asumidos por los trabajadores como ‘costos’ a ser compensados durante su participación en el mercado de trabajo turístico” (1993:82).

Casos como estes se multiplicam nos países do Cone Sul, devido ao contraste climático entre verão e inverno, causando colapso nas atividades econômicas durante a baixa estação, como em Punta del Leste, no Uruguai, como em Viña del Mar, no Chile, e em Las Leñas, requintada estação de esqui da Argentina.

Tais exemplos, portanto, contradizem os alardeados efeitos multiplicadores do turismo, referentes à distribuição mais eqüitativa da renda, à dinamização econômica regional e local, à conservação do meio natural, enfim à melhoria da qualidade de vida da população — efeitos enfeixados sob o rótulo mágico de *desenvolvimento sustentável*. Esta é a expressão da moda que figura em quase todos os projetos turísticos governamentais do Brasil, de grande, médio e pequeno porte. Muito se tem escrito sobre as relações do desenvolvimento sustentável com o modelo político-econômico neoliberal vigente no país, cujo discurso oficial tem usado deste artifício retórico para legitimar-se.

Sob esta ótica, a política nacional de turismo no Brasil que é inconsisten-

te, desarticulada e ambígua quanto aos seus propósitos (Becker, 1994), contempla o *ecoturismo* como um dos principais programas de turismo, hoje, no país.

O documento — *Diretrizes para uma Política Nacional de Turismo* — da Embratur (1994), na sua apresentação, reza o seguinte, enaltecendo o ecoturismo:

“A indústria do turismo e viagens, líder mundial em movimentação de recursos e geração de empregos, que depende umbilicalmente de uma gestão sustentada dos patrimônios natural e cultural, cruza seu caminho com o Brasil, o maior país tropical do mundo, proprietário e gestor do maior banco de biodiversidade do planeta. Desta relação surge o ecoturismo como um dos mais inteligentes instrumentos de viabilização econômica para o gerenciamento correto dos recursos naturais, oferecendo aos brasileiros uma alternativa digna de conquistar seu sustento e uma vida melhor, ao mesmo tempo que assegura às gerações futuras, o acesso aos legados da natureza”.

Porém, ao referir-se aos benefícios econômicos, sociais e ambientais, vê-se claramente que a proposta sob o rótulo de ecoturismo não foge muito das práticas do turismo tradicional predatório.

Não se descobriu ainda uma fórmula de conciliar preservação com utilização. Mais grave ainda é quando os textos oficiais se referem à conservação associada ao uso. Estes problemas têm sido observados em todas as unidades de conservação brasileiras, sejam elas locais de interesse turístico, reservas ou parques nacionais, estaduais e municipais. Entre as experiências empreendidas nos Estados Unidos, no Canadá e na Costa Rica e as realizadas no Brasil, há uma fossa abissal. Para vencer estes problemas tem sido proposta a *educação ambiental*, também uma expressão muito desgastada. Até campanhas de manuseio de agrotóxicos têm sido empreendidas em nome da educação ambiental...

A última proposta oficial para o setor do turismo é o Programa Nacional de Municipalização ao Turismo (Embratur/Amptur), que, em tese, merece crédito, uma vez que propõe a descentralização do turismo, incentivando os municípios a criarem seus próprios projetos, que, evidentemente, serão mais sensíveis e adequados aos problemas locais.

Porém, o universo da ação deve ultrapassar a intervenção do Estado e da empresa privada, e envolver a sociedade civil no seu conjunto, mediante a atuação das ONGs, das associações de base — legítimas representantes das comunidades —, e das universidades, nos seus programas de pesquisa e de

extensão. Só assim poderão ser respeitadas as necessidades locais, a potencialização dos seus recursos naturais e humanos, enfim, a valorização seletiva das diferenças, representadas pelo *lugar*. Propõe-se assim a *gestão do território*, que no entender de Berta Becker consiste num

“processo em que os esforços do desenvolvimento são baseados na parceria construtiva entre todos os atores do desenvolvimento através da discussão direta, onde as normas e ações são estabelecidas e responsabilidades e competências são definidas. Privilegia-se assim o poder local como base do desenvolvimento” (1993:135).

Esta ótica de atuação representa uma forma alternativa para o planeamento em macro-escala, o qual, como vimos, em vez de resolver os problemas sociais tende a agravá-los. Ainda, citando Berta Becker, tal postura significa

“um salto qualitativo, isto é, a rápida passagem para a nova forma de produção e gestão em que a eficácia substitui a eficiência, implicando grande esforço de inovação e criatividade e redefinição do papel do Estado” (1993, 37).

Estas práticas têm sido adotadas com êxito em várias partes do mundo, sob o rótulo de *turismo alternativo* desde os anos 70, como acentua D. Pearce, em recente trabalho:

“Such projects were usually small scale and low key in nature and involved a high degree of participation by the local population” (1992:16).

Os programas de turismo alternativo mais amplamente divulgados são os de Lower Casamance, região do Senegal, descrita com o nome de turismo rural integrado, onde se utilizam unidades familiares para hospedagem. Experiências semelhantes já são antigas no Tirol, por exemplo, e mais recentes em Fernando de Noronha, onde o modelo alternativo de turismo tem apresentado bons resultados. Trata-se de uma outra concepção de turismo mais autêntica, edificada sobre outros códigos, proporcionando mais satisfação, tanto para visitantes, como para visitados.

Por outro lado, exemplos sobejamente conhecidos têm demonstrado que o turismo não deve ser visto como única alternativa de valorização para regiões de economia deprimida, mesmo onde a riqueza dos recursos potenciais justifiquem *a priori* sua exploração. Como o turismo é uma prática

social supérflua está muito sujeito a crises, mesmo porque como atividade sazonal não se auto-sustenta o ano todo. A prática tem demonstrado que há necessidade de projetos integrados em nível local que envolvam outros setores da economia, como a agricultura, a criação, a pesca, a indústria artesanal, o comércio, atividades diversificadas que dêem sustentação ao turismo e signifiquem, realmente, um dinamismo econômico em escala local. Há que valorizar-se o *lugar*; como acentua Milton Santos, “pois nele o recôndito, o permanente, o real triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora” (1994:20).

Se o grande desenvolvimento técnico-científico e os projetos oficiais de grande envergadura não têm dado respostas às populações excluídas, é natural que se proponham soluções alternativas, ainda que sejam taxadas de românticas.

Vivemos um tempo de transição, um tempo que requer o resgate da capacidade de formular perguntas simples, um tempo que requer a desmistificação da ciência.

Já há dois séculos e meio atrás — meados do século XVIII —, quando se gestava a ciência moderna, Rousseau, em suas críticas ao racionalismo, no período áureo do iluminismo, apresentava preocupações quanto à aplicabilidade da ciência, idéias nitidamente contentoras do progresso, na sua obra premiada pela Academia de Dijon — *Discours sur les Sciences et les Arts* (1750). Dentre as perguntas formuladas por Rousseau, destacamos:

Contribuirá a ciência para diminuir o fosso crescente na nossa sociedade entre o que se é e o que se aparenta ser, o saber dizer e o saber fazer, entre a teoria e a prática?

Bibliografia citada

- Acselrad, H. *Internalização de custos ambientais — da eficácia instrumental à legitimidade política*. Brasília: VI Encontro Nacional da Anpur, 1995 (mimeo).
- Aguillar, A. G. Ingresos y mercado laboral en ciudades turísticas. *Ciudades*, 6(22):10-8, jul.-sep. México, 1994.
- Barajas, I. A. et alii. Turismo y desarrollo regional. *Ciudades*, 6(22):50-7, jul.-sep., México, 1994.
- Becker, B. K. *Levantamento e avaliação da política federal de turismo e seu impacto no uso do solo na região costeira*. Brasília: Ibama, 1994 (mimeo).
- . A Amazônia pós ECO-92. In: Bursztyrn, M. (org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 129-44.
- Beni, M. C. Sistema de Turismo — Sistor. Estudo do turismo face à moderna teoria de sistemas. *Turismo em Análise*, 1(1):15-34, mai. São Paulo, 1990.
- . *Sistema de Turismo — construção de um modelo teórico referencial para aplica-*

- ção na pesquisa em turismo*. São Paulo: ECA, USP. Tese de doutoramento apresentada na Escola de Comunicações e Artes, mimeo, 1988.
- Bertoncello, R. Configuración socio-espacial de los balnearios del Partido de la Costa (Provincia de Buenos Aires). *Territorio*, 5. São Paulo, 1993.
- Biagini, E. Proposte por una classificazione dei centri turistici su basi funzionali. *Quaderni dell'Università di Trieste*, 3, Trieste, 1986.
- Borda, O. F. Una perspectiva para las ciencias sociales del Tercer Mundo. *Comercio Exterior*, 30(7):671-4, jul., México, 1980.
- Carvalho, H. M. *Padrões de sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável*. Curitiba, 1993 (mimeo).
- Christaller, W. Some Considerations of Tourism Location in Europa. *Papers of the Regional Science Association*, 12:95-105, 1963.
- Cribier, F. Variations de consommation de farine et migration touristique d'été en France. *Bulletin de l'Association Géographique Française*, Paris, 1961.
- Diegues, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis. *São Paulo em Perspectiva*, 6(1-2):22-9, jan.-jun. 1992.
- Dumazedier, J. *Vers une civilisation du loisir?* Paris: Seuil, 1972.
- Echeverría, J. *Telépolis*, Madrid: Ediciones Destino, 1994.
- Embratur/Amptur. *Programa Nacional de Municipalização do Turismo*. Brasília, 1994.
- Embratur/Ibama. *Diretrizes para uma política nacional do ecoturismo*. Brasília, 1994.
- Kuhn, T. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1970.
- Langenbuch, J. R. Os municípios turísticos do Estado de São Paulo: determinação e caracterização geral. *Geografia*, 2(3):1-49, abr. Rio Claro, 1977.
- Maturana, H. Teorias científicas e filosóficas. In: Leser, N. et alii (eds.). *Die Gedankenwelt Sir Karl Poppers*, Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, p. 358-68, s.d.
- Miossec, J. M. Un modèle de l'espace touristique. *L'Espace Géographique*, 6(1):41-8, jan.-mar. Paris, 1977.
- Nicolás, D. H. (org.). *Teoría y praxis del espacio turístico*. Xochimilco: Universidade Autónoma Metropolitana, 1989.
- Pearce, D. L'espace touristique de la grande ville. *L'Espace Géographique*, 10(3):161-8, jui.-sep. Paris, 1981.
- . Alternative Tourism: Concepts, Classifications and Questions. In: Smith, Valene L. & Eadington, W. R. (orgs.). *Tourism Alternatives*. New York: John Wiley and Sons, p. 15-30, 1992.
- Salgado, I. O. Impactos del turismo sobre la desigualdad social. *Ciudades*, 6(22):3-9, jul.-sep. México, 1994.
- Santos, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, 2(2):46-71, mai.-ago. São Paulo: USP, 1988.
- . *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- Santos, M. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- . A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: *Fim do século e globalização*. São Paulo: Hucitec-Anpur, p. 15-22, 1994.
- Yokeno, N. La localisation de l'industrie touristique: application de l'analyse de Thünen-Weber. *Les Cahiers du Tourisme*, 9. Aix-en-Provence, 1968.